

PORTO DO RECIFE S/A C.N.P.J. 04.417.870/0001-11 Nire: 263000119999

RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA: Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, acompanhados do Relatório de Desempenho Anual e dos Auditores Independentes, referente ao Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos colocando à disposição para quaisquer outros esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários. Recife, 23 de abril de 2023. RESUMO RELATÓRIO DE DESEMPENHO ANUAL - EXERCÍCIO 2023: a Diretoria Executiva do Porto do Recife S.A. tem a grata satisfação de informar que encerramos o ano com resultados notáveis, alcança-

dos graças ao empenho dedicado de todos os nossos colaboradores. Em 2023, executamos ações estratégicas que contribuíram significativamente para atingir e superar as metas planejadas, consolidando nosso compromisso com o equilíbrio financeiro e o crescimento sustentável. Destacamos, com grande alegria, o aumento expressivo no volume de importações e exportações, evidenciado por um crescimento de 27% em relação ao ano anterior. Até o último dia 20 de dezembro, registramos a movimentação de 1.374,34 toneladas, com uma projeção adicional de 79.098 toneladas até o final do ano. O ano de 2022 encerrou com um fluxo total de 1.160,992 toneladas, indicando o vigor e a eficiência das

operações portuárias. O sucesso nas atividades portuárias foi impulsionado por diversos setores, destacando-se o trigo, bobina de aço e açúcar. Notavelmente, ampliamos a cota de compra de açúcar dos Estados Unidos e realizamos exportações para a Europa pela primeira vez, em resposta aos desafios geopolíticos que afetaram outros mercados. Em maio, concluímos, com êxito, as operações de exportação de álcool etílico do Grupo JB, representando um marco significativo na nossa história. A temporada de cruzeiros, iniciada em novembro, trouxe um fluxo considerável de turistas, impulsionando a economia local. Até maio de 2024, prevemos a chegada de 22 embarcações, consolidando o Porto do Re-

cife como um destino portuário de destaque. Em termos financeiros, experimentamos um aumento notável de 30,66% na receita bruta em relação ao ano anterior, representando uma arrecadação total de R\$ 40.088.273,62. Este crescimento reflete não apenas a eficiência operacional, mas também a diversificação e expansão de nossas atividades. Além dos sucessos operacionais, é com satisfação que compartilhamos o papel educativo do Porto do Recife. Ao receber mais de 20 grupos de alunos em 2023, proporcionando experiências valiosas e a oportunidade de compreender, in loco, o complexo e fascinante mundo da atividade portuária. Agradecemos a todos os colaboradores, parceiros e stakeholders pelo comprome-

timento e contribuição para o êxito alcançado. Estamos confiantes de que, em 2024, continuaremos a fortalecer nossa posição como um dos principais portos do país, contribuindo para o desenvolvimento econômico e educacional da região. O Relatório de Desempenho Anual - Exercício 2023 estará disponível, na íntegra, para consulta, juntamente com as documentações relativas ao Encerramento do Exercício Financeiro de 2023, após aprovação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, Diretor Presidente da empresa Porto do Recife S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022. Tabela com 3 colunas: 2023, 2022 e 2021. Seções: ATIVO CIRCULANTE, ATIVO NÃO CIRCULANTE, PASSIVO CIRCULANTE, PASSIVO NÃO CIRCULANTE.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022. Tabela com 3 colunas: 2023, 2022 e 2021. Seções: RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA, DESPESAS OPERACIONAIS, RESULTADO OPERACIONAL, RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022. Tabela com 3 colunas: 2023, 2022 e 2021. Seções: ATIVIDADES OPERACIONAIS, ATIVIDADES DE INVESTIMENTO, ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.

MAPA DO DESEMPENHO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023. Tabela com 3 colunas: 2023, 2022 e 2021. Seções: RECEITA OPERACIONAL BRUTA, RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA, DESPESAS OPERACIONAIS, RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022. Tabela com 5 colunas: Saldo em 31/12/2022, Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2022, Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2022.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022. Tabela com 5 colunas: Saldo em 31/12/2022, Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2022, Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2022.

Notas Explicativas Referente às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022. 1. Contexto Operacional 1.1. Denominação, Natureza, Sede e Duração A Porto do Recife S/A é uma sociedade de economia mista de natureza jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, instituída pela Lei Estadual nº 11.735, de 30 de dezembro de 1999. A empresa está situada na Praça Comunidade Luso Brasileira, nº 70, Bairro do Recife, Recife/PE. Em harmonia com os Planos e Programas do Governo Federal para o Setor Portuário, tem por objeto social realizar e executar atividades relacionadas ao de autoridade portuária, nos moldes da Lei 12.815, de 05 de junho de 2013 (Conversão da Medida Provisória nº 595) que revogou a Lei 8.630, de 25 de fevereiro de 1993 e Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, e dos Decretos nº 2.184, 24 de março de 1997, e 2.447, de 06 de junho de 1997. A Porto do Recife atua na prestação de serviços para atendimento de navios de longo curso e cabotagem para importação e exportação de cargas nacionais e estrangeiras. O Porto também tem estrutura para receber navios de cruzeiro e possui um Terminal Marítimo de Passageiros.

2. Base de Preparação 2.1 Declaração de conformidade As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base o padrão contábil internacional estabelecido pelo International Accounting Standards Board - IASB (conhecidos como International Financial Reporting Standards - IFRS), aplicado às Pequenas e Médias Empresas, que no Brasil, de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, corresponde à Resolução 1.255/09 NBC TG 1.000 (CPC PME). 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Porto do Recife S/A. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para a milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. 2.3 Autorização das demonstrações contábeis As demonstrações contábeis do Porto do Recife S/A, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para a emissão pela administração da empresa em 05 de abril de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. 2.4 Uso de estimativas e julgamentos A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. 2.5 Base de Mensuração As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. 3. Políticas Contábeis As políticas contábeis representam os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas aplicadas por uma entidade quando da preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras. 3.1 Caixa e Equivalente a Caixa Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa-bancos e aplicação de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os saldos de caixa, banco e aplicação financeira, representados pelo custo acrescidos dos rendimentos vinculados às aplicações. As aplicações financeiras são classificadas no curto prazo e registradas pelo seu valor justo. A receita gerada pelos rendimentos das aplicações é reconhecida como receita financeira. 3.2 Contas a receber de clientes As contas a receber de clientes e outros créditos são mensurados ao seu valor justo na data da transação. O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos valores a receber são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. As perdas são constituídas após a instauração de um processo de cobrança, findo o qual a administração julga os valores como cobráveis. Após a aprovação pelo Conselho Administrativo/Fiscal, baixa-se essa perda contra a conta de clientes, extinguindo-se o direito. O valor estimado da constituição desta perda pode ser modificado em função das alterações dos valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes. 3.3 Impostos e contribuições a recuperar Ha diversas operações que podem gerar valores a recuperar de impostos, tais como saldos credores nas apurações de PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e outros. Apresentam também impostos e contribuições antecipadas para futuras compensações. Tais créditos são registrados pelo custo histórico e são atualizados pela SELIC. 3.4 Empréstimos e adiantamentos Os empréstimos e adiantamentos correspondem aos valores referentes a adiantamentos para funcionários e fornecedores. 3.5 Imobilizado Reconhecimento e mensuração Os itens de imobilizado estão mensurados pelo seu valor de custo deduzido da depreciação do imobilizado. Depreciação A empresa optou por não utilizar valor residual para os seus imobilizados, de forma que ao final de sua vida útil, o valor contábil líquido dos bens registrados é zero. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas previstas na legislação fiscal em vigor, apropriada no resultado do exercício com base nas taxas anuais descritas na Nota Explicativa nº 9. Levantamento Patrimonial No exercício de 2022 a Porto do Recife S/A, contratou uma empresa especializada para realizar levantamento contábil, inventário (físico patrimonial), avaliação de bens imóveis e móveis da Porto do Recife S/A e bens da União (que estão sobre a guarda da Porto do Recife S/A), com-

preendendo também a realização do teste de recuperabilidade (impairment test), reavaliação de vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangível, incluindo vida útil residual, conciliação contábil e assessoria para tratamento dos ajustes contábeis necessários, como também a baixa das sobras e bens inservíveis, perante a ANTAQ. O trabalho realizado no exercício de 2023, não foi implementado devido as divergências nas informações apresentadas pela empresa contratada, quando analisadas pelo setor de Patrimônio, Contabilidade e Engenharia, desta forma, não foi possível realizar a conciliação dos valores levantados pela empresa, existindo a necessidade de uma revisão. O processo de revisão dos bens e valores estavam em andamento até o encerramento das demonstrações contábeis do exercício de 2023, ficando para o exercício de 2024 a finalização do levantamento com suas devidas contabilizações. 3.6 Ativos Intangíveis Os intangíveis são mensurados pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros de um intangível já reconhecido. Os demais gastos são reconhecidos como despesa quando incorridos. 3.7 Ativos da Concessão Em junho de 2001, foi assinado um Convênio de Delegação (Convênio nº 02/2001) entre a União Federativa do Brasil (representada pelo Ministério dos Transportes, com a intervenção da Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN) e o Governo do Estado de Pernambuco, com a intervenção da Sociedade de Economia Mista Porto do Recife S/A. O referido convênio teve por objetivo a administração e exploração do Porto Organizado de Recife, nos termos da Lei nº 9.277 de 06 de junho de 1977. Este ato caracteriza o surgimento de um contrato de concessão entre a União Federativa do Brasil (poder concedente) e o Porto do Recife S/A (concessionário). Uma característica desse tipo de contrato de prestação de serviços é sua natureza de serviço público, que fica sob a responsabilidade do concessionário. Outras características comuns a estes contratos são: (a) a parte que concede o contrato de prestação de serviços (concedente) é um órgão público ou entidade pública, ou entidade privada para a qual foi delegada o serviço; (b) o concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente em nome do concedente; (c) o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulando suas revisões durante a vigência desse contrato de prestação de serviços, ou determina a forma de cálculo para definição do preço; (d) o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao concedente ao final do contrato em determinadas condições previamente especificadas, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador. Nestes tipos de contratos, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O concessionário deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 47 - Receitas de Contrato com Cliente. Amortização dos Ativos de Concessão A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Entidade tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. 3.8 Fomecedores A conta de fornecedores compreende o registro das notas fiscais ou faturas provenientes da contratação de serviços e compra de outros materiais. Estes passivos são reconhecidos pelo valor justo e não são avaliados subsequentemente ao custo amortizado por não haver cobrança de juros sobre os mesmos. As contas de fornecedores exigíveis após os 12 meses subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis são consideradas como não circulantes. Também são classificadas como não circulante, as obrigações junto a fornecedores, as quais não se tem previsão para quitação da dívida. 3.9 Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias As contas de obrigações trabalhistas e previdenciárias englobam salários e ordenados e seus encargos, bem como as retenções na fonte relativas a prestadores de serviço (Pessoa Física), as provisões de férias e seus respectivos encargos. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e estão apresentados pelo seu valor histórico, com correção dos débitos previdenciários. 3.10 Obrigações fiscais a recolher Imposto sobre vendas Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto quando os

impostos incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. 3.11 Provisões Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas A empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e a sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 3.12 Capital Social O Capital Social da Porto do Recife S/A é composto por 1/3 (um terço) de ações ordinárias e 2/3 (dois terços) de ações preferenciais. 3.13 Reserva de capital As Reservas de Capital são constituídas de valores recebidos pela empresa e que não transitam pelo Resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Essas são transações de capital com os sócios. 3.14 Reserva de lucros As Reservas de Lucros são constituídas por valores recebidos da União e que transitam pelo Resultado como receitas. Esses se referem a subvenções para investimentos. 3.15 Receita operacional A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

colher Correspondem aos saldos de tributos próprios, retidos de terceiros, outros impostos e taxas e multas por infrações. No exercício de 2023, os parcelamentos foram suspensos para renegociação junto a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal, até o encerramento das demonstrações, os processos estavam em análise na procuradoria. Obrigações Fiscais a Recolher 31/12/2023 31/12/2022 PIS 79.346 45.971 COFINS 365.475 211.745 ISS - Próprio e Retido na Fonte 129.898 161.787 Tributos Federais Retidos na Fonte 1.283.567 1.343.147 Tributos Patronais - PGFN 2.543.759 3.855.766 Outros Tributos e Taxas 3.477 Total 4.405.522 5.618.416 15. PORTUS Instituto de Seguridade Social O saldo em 31/12/2023 de R\$ 1.020.434 se refere ao montante das contribuições patronais ao plano de benefícios PORTUS, a pagar junto a PORTUS - Instituto de Seguridade Social (parte dos valores relativos aos anos de 2011 a 2014). 16. Débitos Fiscais e Previdenciários 16.1 Parcelamento Previdenciário - CODERNE O Convênio de Delegação nº 02/2001, datado de 31.05.2001, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, com a intervenção da Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN e o Estado de Pernambuco, com a intervenção da sociedade de economia mista Porto do Recife S/A, teve como finalidade a transferência da administração do Porto Organizado do Recife da União, por intermédio da CODERN, para o Governo do Estado de Pernambuco, por intermédio do Porto do Recife S/A. O Convênio estabeleceu ainda que a CODERN promovesse o levantamento do Balanço Patrimonial e Demonstrações financeiras do Porto Organizado do Recife, e transferisse todos os direitos e obrigações para o Porto do Recife S/A. O saldo em 31/12/2023, no valor de R\$ 643.548 refere-se a débitos previdenciários, relativos a parcelamento de INSS proveniente do período anterior a assunção pela Porto do Recife S/A das atividades do Porto do Recife, cuja manutenção no passivo da empresa decorre destes se encontrarem em processo de discussão na esfera administrativa junto a Companhia antecessora, sem prazo estimado para a sua resolução. 16.2 Parcelamento Previdenciários e Tributários Em janeiro de 2020 o Porto do Recife S/A, realizou um parcelamento convencional na PGFN dos débitos de Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Folha de Pagamento. O débito total atualizado era de R\$ 286.731, dividido em 60 parcelas. Em dezembro de 2020, a empresa aderiu a negociação de transação individual dos débitos previdenciários na PGFN, conforme Lei 13.988/2020 e Portaria

10. Intangível

Tabela com 3 colunas: 2023, 2022 e 2021. Seções: Descrição, Taxas médias anuais de amortização, Custo, Amortização Acumulada, Líquido em 31/12/2023, Líquido em 31/12/2022.

Tabela com 3 colunas: 2023, 2022 e 2021. Seções: Descrição, Taxas de concessão, Custo, Amortização Acumulada, Líquido em 31/12/2023, Líquido em 31/12/2022.

Tabela com 3 colunas: 2023, 2022 e 2021. Seções: Descrição, Taxas de concessão, Custo, Amortização Acumulada, Líquido em 31/12/2023, Líquido em 31/12/2022.

Tabela com 3 colunas: 2023, 2022 e 2021. Seções: Descrição, Taxas de concessão, Custo, Amortização Acumulada, Líquido em 31/12/2023, Líquido em 31/12/2022.

PGFN 9.917/2020. Na negociação, o saldo devedor foi dividido em 60 parcelas e foi recebido desconto de 100% no valor das multas, juros e encargos. O valor dos débitos atualizados era de R\$ 13.512.894, havendo uma redução de 34% na negociação, gerando uma economia financeira de R\$ 4.625.863. Adirindo também a negociação de transação individual foram parcelados os demais débitos na PGFN, conforme Lei 13.988/2020 e Portaria PGFN 9.917/2020. Na negociação o saldo devedor foi parcelado em 84 parcelas com desconto de 100% no valor das multas, juros e encargos. O valor dos débitos atualizados era de R\$ 20.643.456, havendo uma redução de 36% na negociação, gerando uma economia de R\$ 7.410.579. No exercício de 2022, foi incluída a Transação Individual PGFN – Demais Débitos, multa por infração trabalhista, devido essa adesão, o saldo do parcelamento não reduziu. Em julho de 2022 foi realizado um parcelamento simplificado do INSS a recolher do exercício de 2021, após a entrega das declarações e reconhecimento dos débitos que estavam pendentes devido a falta de entrega do e-social. No exercício de 2023, os parcelamentos foram suspensos para renegociação junto a a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal, para adesão a Nova transação Individual, onde poderia ser utilizado o prejuízo fiscal para abatimento de parte do débito. Até da data do encerramento das demonstrações, o processo ainda se encontrava em análise na PGFN.

	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamento Convencional PGFN – IRRF	95.577	114.692
Parcelamento Transação Individual PGFN – Demais Débitos	9.909.637	11.202.529
Parcelamento Transação Individual PGFN – Débitos Previdenciários	5.330.419	5.330.419
Parcelamento Simplificado RFB – Débitos Previdenciários Circulante	1.508.398	1.629.070
	4.709.976	6.142.855
Não Circulante	12.134.055	12.134.055

Os saldos apresentados, representam o total de valores em 31/12/2023, em análise para renegociação, uma vez que os pagamentos foram suspensos aguardando uma posição. 17. Provisão Para Contingências

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2022	3.733.562	9.223.317	12.956.879
Adições (+)	-	-	-
Baixas (-)	(3.735.562)	(3.735.562)	(7.471.124)
Saldo em 31/12/2023	9.223.317	9.223.317	18.446.636

Provisões de Natureza Trabalhista 3.733.562
Provisões de Natureza Cível 9.223.317
Saldo em 31/12/2023 18.446.636
Circulante -
Não Circulante 9.223.317 12.956.879

As Provisões são compostas por processos cíveis e trabalhistas. A administração, subsidiada na opinião dos seus assessores jurídicos, optou por reconhecer as contingências julgadas como suficientes para cobrir aquelas contingências classificadas por seus assessores com o prognóstico de perda, sobre os processos atualmente em andamento, como "provável", conforme saldos acima apresentados. A administração decidiu contabilizar todas os processos com prognósticos de provável pelo valor atualizados e com seus valores históricos quando não se tem segurança na mensuração dos valores. Não foram contabilizados os processos que já apresentavam um passivo contabilizado. 18. Operações de Convênios No exercício de 2022 a empresa recebeu recurso no valor de R\$ 28.284.751,67 (vinte e oito milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos), referente ao Termo de Compromisso 869/2019 para execução de obras de dragagem de manutenção, serviços de manutenção e serviços de supervisão a serem realizados no Porto Organizado de Recife, no Estado de Pernambuco. O termo de compromisso foi entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e o Estado de Pernambuco, sendo o Porto do Recife S/A a Unidade Interventiva Executora. Todo recurso recebido foi aplicado na obra e os valores prestados contas, aguardando aprovação da prestação de contas para incorporação da obra ao Patrimônio do Porto do Recife S/A. O saldo dos valores encontra-se no passivo não circulante da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Termo de Compromisso 869/2019	28.284.752	28.284.752
Recursos Recebidos (+)	28.284.752	28.284.752
Recursos Aplicados (-)	(27.439.741)	(27.439.741)
Devolução de Recurso (-)	(845.011)	(845.011)
Saldo em 31/12/2023	-	-

Todo recurso foi recebido e aplicado no exercício de 2022, e após a prestação de contas ser aprovada, os valores recebidos serão incorporados ao Capital Social da empresa e o valor aplicado ao Patrimônio. 19. Patrimônio Líquido 19.1 Capital Social O capital social autorizado em 31/12/2023 limite de aumento de até R\$ 320.000.000 (trezentos e vinte milhões de reais). O capital social subscrito e integralizado em dezembro de 2023 é de R\$ 205.862.946 (duzentos e um milhões, trezentos e sessenta e dois

mil e novecentos e quarenta e seis reais) dividido em ações nominativas de valor nominal de R\$ 1,00, sendo 68.620.982 (sessenta e oito milhões, seiscentos e vinte mil e novecentos e oitenta e duas) ações ordinárias e 137.241.964 (cento e trinta e sete milhões, duzentos e quarenta e um mil, novecentos e sessenta e quatro) ações preferenciais. O Governo do Estado de Pernambuco é o acionista controlador possuidor de 99,9999% das ações ordinárias e das ações preferenciais da Sociedade. 19.2 Reservas de Capital O saldo de R\$ 11.220.000 refere-se a valores recebidos do acionista controlador Governo do Estado de Pernambuco no exercício de 2022, destinados a investimento em obras de infraestrutura, os quais são considerados a título de aporte para aumento de capital. Não existe formalização do compromisso e data estabelecida através de assembleia, para a efetivação do aumento de capital mediante a incorporação dos adiantamentos recebidos. Os valores foram integralizados ao Capital no exercício de 2024. 19.3 Reserva de lucros Reserva de Incentivos Fiscais O saldo de R\$ 35.345.671 refere-se a valores repassados pela União com a finalidade de custear obras contratadas pelo Porto do Recife S/A, sob o formato de subvenções para investimento. 19.4 Lucros ou Prejuízos Acumulados Está composto pelos resultados acumulados de exercícios anteriores ajustados, acrescidos ou deduzidos do resultado do exercício corrente. O resultado do exercício de 2023, correspondente a um lucro no montante de R\$ 2.349.531, composto principalmente pelo aumento do faturamento e redução das despesas no exercício de 2023. O resultado apresentado é um lucro depois de mais de 8 anos apresentando prejuízos, e pode ser considerado como fato principalmente, a alavancagem da arrecadação, com novas receitas e aumento na tarifa. 20. Plano de Pensão O Porto do Recife S/A, é patrocinado, juntamente com outras companhias do sistema Portuário Nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de plano a funcionários (Plano de Benefícios Portus 1 – PBPI), através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, sujeita às normas expedidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar PREVIC e às resoluções específicas do Banco Central do Brasil. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da previdência social. Os benefícios pagos pelo PORTUS são reajustados anualmente pela variação do INPC. De acordo com a resposta do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, evidenciada em sua correspondência Carta Interv – Coratu n.º 006.001526.2015-0, datada de 29/07/2015, o cálculo da provisão atuarial, relativa a contribuição da Porto do Recife S/A ao referido plano de suplementação, é realizado por atuários contratados pelo PORTUS e segue o disposto nos normativos da PREVIC e do BACEN, sendo calculado com base no método "agregado", o qual possuiu critérios de mensuração divergentes e difere do método requerido pelas IFRS, correspondente ao método do "Crédito Unitário Projetado". Em decorrência do Convênio de Delegação n.º 02/2001, datado de 31.05.2001, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, com a intervenção da CODERN – Companhia Docas do Rio Grande do Norte e o Estado de Pernambuco, com a intervenção da sociedade de economia mista Porto do Recife S/A, a Porto do Recife S/A assumiu a obrigação para com o passivo atuarial do Plano acima citado relativo, exclusivamente, aos valores dos colaboradores oriundos da sua antecessora e daqueles que, posteriormente, ingressaram no quadro de colaboradores da Porto do Recife S/A. Apesar da restrição da referida obrigação advinda do Convênio de Delegação, o PORTUS vem informando a parcela do passivo atuarial do citado Plano, correspondente a responsabilidade da Porto do Recife S/A, como sendo o montante relativo a todos os colaboradores que atuavam, sob a responsabilidade da CODERN, nas operações do Porto Organizado do Recife. Como consequência, a Porto do Recife S/A ingressou com um questionamento na esfera judicial, cujo objeto é o questionamento da base de cálculo que o PORTUS vem adotando para atribuir a parcela do passivo atuarial do PBPI à Porto do Recife S/A. Em função da indisponibilidade dos recursos necessários à contratação dos serviços atuariais necessários ao cálculo da provisão atuarial de acordo com os critérios de mensuração dispostos nas IFRS, por ocasião do encerramento das demonstrações contábeis do exercício de 2023, e diante da discussão, na esfera jurídica, sobre o real montante da contribuição e respectiva provisão atuarial devida pela Porto do Recife S/A ao citado plano de suplementação gerido pelo PORTUS, a Administração da empresa concluiu pela viabilidade de contabilização do valor histórico da ação devida a não mensuração segura da citada provisão atuarial de acordo com o disposto nas IFRS. 21. Instrumentos Financeiros O Porto do Recife S/A efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2023, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: (a) Caixa e equivalentes de caixa: Estão apresentadas ao seu valor de mercado, que equivalem ao seu valor

contábil. As aplicações financeiras, incluídas no grupo de contas disponibilidades, são classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais. (b) Clientes: Decorrem diretamente das operações do Porto do Recife S/A., são classificadas como empréstimos e recebíveis, sujeitos a provisão para perdas. (c) Fornecedores: Decorrem, principalmente, de transações realizadas com terceiros para aquisição de equipamentos, peças e serviços, com preços praticados a valor de mercado. O Porto do Recife S/A. não possui operações de hedge, swap ou quaisquer operações envolvendo derivativos. 22. Receita líquida

	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	40.088.274	30.680.020
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	7.350.833	4.119.780
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	1.904.741	891.049
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	8.111.346	4.423.079
Receitas de Armazenagem	10.909.254	10.489.058
Receitas por Diversos Padronizados	2.354.321	1.768.512
Receitas com Contratos de Arrendamento	6.702.863	5.715.246
Receitas - Patrimoniais Dentro da Área do Porto Organizado	2.754.916	3.273.296
Deduções da receita bruta (-) Descontos Incondicionais e Vendas Canceladas	(6.056)	-
(-) Impostos Incidentes sobre Vendas (4.348.004)	(4.348.004)	(3.419.184)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	35.734.214	27.260.836

As receitas operacionais brutas, apresentaram em 2023 uma variação de aproximadamente 25% maior, comparada com a de 2022. Esse faturamento foi o maior nos últimos 8 anos e teve como principais motivos, revisão da tarifa portuária e a prospeção de novos negócios. As deduções da receita bruta de serviços contemplam os impostos referente ao ISS, PIS e COFINS incidentes sobre o faturamento e os descontos/abatimentos incondicionais e cancelamentos das vendas. 23. Custos dos Serviços Prestados CUSTOS DO SERVIÇO

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e Encargos	6.947.472	4.667.273
Material Aplicado	9.085	-
Serviços Prestados por Terceiros	455.504	1.401.302
Depreciação/Amortização	12.672.398	12.657.150
TOTAL	20.084.459	18.725.725

Os custos registram os valores gastos com remuneração e encargos do pessoal da operação e manutenção, bem como os gastos considerados como insumos, tais como: energia elétrica, material de consumo, manutenção de bens e instalações da operação, locação de mão-de-obra para operação e manutenção, impostos e taxas, depreciação, entre outros. A empresa ainda está ajustando sua política de critérios de reconhecimento dos custos, devido mudança de sistema operacional e de gestões, ainda não foi realizada uma revisão de apropriação dos custos. 24. Despesas Gerais e Administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	9.188.960	9.211.394
Pessoal e encargos	364.041	329.846
Consumo de Materiais	5.884.977	5.571.172
Serviços de Terceiros	121.002	1.900.638
Impostos e Taxas	75.639	208.568
Depreciação	2.168.017	9.853.860
Demais Despesas Gerais	17.802.636	27.075.478

As despesas gerais e administrativas registram os valores gastos com remuneração e encargos do pessoal da administração, energia elétrica, telefonia, material de consumo, expediente, manutenção de bens e instalações, locação de mão-de-obra administrativo, impostos e taxas, depreciação, entre outros. A variação diminutiva teve como principal motivo a redução da despesa com acordos trabalhistas e cíveis, atualmente a empresa adota uma política de redução de danos, negociando antecipadamente os valores que podem gerar execuções na justiça. Quanto ao reconhecimento dos custos e despesas na mudança de sistema operacional, ainda não foi definido pela administração qual critério vai ser utilizado para o reconhecimento. 25. Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas

	31/12/2023	31/12/2022
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	394.296	444.122
Créditos tributários	394.296	444.122
Líquido Provisões para Contingências / Reversão	3.733.562	912.428
Outras Receitas	120.181	-
Outras Despesas	(67.919)	(891.257)
TOTAL	4.180.120	465.293

Representada pelas receitas de créditos na apuração de PIS e COFINS. Líquido de Provisão para Contingência, outras despesas compostas por Provisão para Devedores de Liquidação Duvidosa. A variação aumentativa, teve como principal motivo, a reversão da

provisão para contingência, que no exercício de 2023, apresentou um aumento de aproximadamente 25% comparado a 2022. 26. Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas

	31/12/2023	31/12/2022
RESULTADO FINANCEIRO	731.512	189.106
Receitas financeiras	(409.220)	(1.948.668)
Despesas financeiras	322.292	(1.759.562)

A receita financeira apresentou uma variação aumentativa, devido a descontos recebidos através de negociações realizadas pela gestão de saldos devedores junto a fornecedores. A despesa financeira sofreu uma redução, uma vez que os débitos fiscais foram suspensos e a atualização financeira também, aguardando um posicionamento da PGFN. 27. Resultado Não Operacional No exercício de 2023 a empresa não apresentou resultado não operacional. 28. Informação Complementar Informações complementares de Interesse Público – Lei nº 13.303/2016, Art. 8º, inciso VI. No exercício de 2023 o Porto do Recife S.A. não recebeu valores referente aporte de capital, do acionista Governo do Estado de Pernambuco, para investimento e modernização das instalações portuárias. Todo recurso recebido foi oriundo das operações da empresa.

Recife, 31 de dezembro de 2023

Delmiro Rodrigo Andrade da Cruz Gouveia
Diretor Presidente - Matrícula 4238-2
Severino Emanuel Mendes da Rocha
Diretor Administrativo e Financeiro

Vinicius Rocha Pinon
Diretor Técnico
Priscila de Lira Luna
Controladora CRC/PE 018184/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2023

Aos Acionista, Conselheiros e Administradores da PORTO DO RECIFE S/A CNPJ Nº 04.417.870/0001-11 Praça Comunidade Luso Brasileira, 70 – Bairro do Recife – Recife – PE 1) Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis individuais do PORTO DO RECIFE S/A que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do PORTO DO RECIFE, em 31 de dezembro de 2023, resultado de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 2) Base para Opinião com Ressalva 2.1. Deficiências do Portus Instituto de Previdência Privada Conforme descrito na nota explicativa nº 20, em função da indisponibilidade dos recursos necessários à contratação dos serviços atuariais necessários ao cálculo da provisão atuarial de acordo com os critérios de mensuração dispostos nas IFRS, por ocasião do encerramento das demonstrações contábeis do exercício de 2023, e diante da discussão, na esfera jurídica, sobre o real montante da contribuição e respectiva provisão atuarial devida pela Porto do Recife S/A ao citado plano de suplementação gerido pelo PORTUS, a Administração da empresa concluiu pela viabilidade de contabilização do valor histórico da ação devida a não mensuração segura da citada provisão atuarial de acordo com o disposto nas IFRS. Como consequência não é possível mensurar os possíveis efeitos decorrentes da não provisão desse passivo não circulante e seus possíveis reflexos sobre o Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido da empresa. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. 3) Outros Assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo relatório foi emitido em 25 de abril de 2023, com modificação de opinião. 4) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do PORTO DO RECIFE continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a PORTO DO RECIFE ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do PORTO DO RECIFE são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. 5) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do PORTO DO RECIFE. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o PORTO DO RECIFE a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife/PE, 15 de abril de 2024

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O
Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Controlador - CRC/PE 010483/O-9
CNAI 1592 – Sócio Sênior
Phillipe de Aquino Pereira
Controlador - CRC/PE 028157/O-2
CNAI 4747 – Sócio
Thomaz de Aquino Pereira
Controlador - CRC/PE 021100/O-8
CNAI 4850 – Sócio

Estado confirma segunda morte por dengue

A mulher foi a óbito no dia 2 de fevereiro, numa unidade de saúde do Recife, mas só agora a confirmação foi divulgada pela Secretaria Estadual de Saúde

Pernambuco confirmou, ontem, a segunda morte por dengue em 2024. Trata-se de uma mulher de 47 anos, que morava em Moreilândia, no Sertão. Além disso, o Estado soma 1.921 casos confirmados da doença, este ano. O dado está no novo boletim de arboviroses, divulgado pela Secretaria de Saúde de Pernambuco (SES-PE). Na atualização anterior, há uma semana, o Estado con-

tabilizava 1.434 confirmações. Portanto, houve um aumento de quase 500 casos confirmados. Desse total de confirmações, são 35 casos graves. A primeira foi de um homem de 53 anos que morava em Tuparetama, na mesma região

A mulher foi a óbito no dia 2 de fevereiro, em uma unidade de saúde do Recife, mas só agora a confirmação foi divulgada pela Secretaria Estadual de



A SES-PE ainda investiga 30 mortes que podem ter sido causadas pela arbovirose

Saúde (SES-PE). O boletim também mostra que, desde o início de 2024, foram notificados 22.459 casos prováveis de dengue, um aumento de 593,2%, em relação ao mesmo período do ano passado.

Pernambuco investiga 30 casos de mortes que podem ter sido provocadas por dengue e outras arboviroses, como zika

e chikungunya. A incidência de dengue está em 247,9 casos para cada 100 mil habitantes.

CHIKUNGUNYA

Ainda conforme o boletim, Pernambuco já confirmou 328 casos de chikungunya, desde o início deste ano. Agora, o número de ocorrências dessa arbovirose é 199,5% maior do que o re-

gistrado no ano passado. A incidência está em 39,1 para cada 100 mil habitantes.

Quando à Zika, nenhum caso ainda foi confirmado. São 414 notificações prováveis, o que corresponde a um aumento de mais 1.556% em relação ao mesmo período do ano passado. Estão sob investigação 56 casos prováveis em gestantes.



FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO VICENTE FÉRRER/PE

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 01/2024 - CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2024

-Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinados ao suprimento das necessidades da Cozinha Comunitária de São Vicente Férrer, conforme especificações no Termo de Referência. -Valor total estimado: R\$ 187.500,00 (cento e oitenta e sete mil e quinhentos reais). -Os interessados deverão apresentar as documentações para habilitação e projetos de venda até o dia 15/05/2024, às 09:00h, na sala do Setor de Licitações, localizada na sede da Prefeitura, situada na Rodovia PE-89, s/n, Centro. -Edital e Anexos à disposição dos interessados na sala da CPL ou e-mail: licitacao.pmsvf@gmail.com.

São Vicente Férrer, 24 de abril de 2024.
ADILSON CARLOS VASCONCELOS FERRAZ
 Secretário Municipal de Assistência Social

TT WORK PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						Demonstrações do resultado abrangente				
Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)				
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Controladora		Consolidado		
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.850	12.853	26.579	15.548	64.270	14.406	64.270	14.406	
Contas a receber	5	41	41	63.907	70.111	-	-	-	-	
Estoques	6	-	-	119.990	105.781	-	-	-	-	
Adiantamentos	7	45	30	2.007	2.371	-	-	-	-	
Créditos tributários	8	235	748	94.901	115.921	-	-	-	-	
Partes relacionadas	10.1	11.386	42.611	-	-	-	-	-	-	
Outros créditos	9	369	279	1.766	1.410	-	-	-	-	
		33.926	56.562	309.150	311.142					
Não circulante										
Realizável a longo prazo										
Contas a receber	5	3.537	2.842	3.538	2.842	-	-	-	-	
Créditos tributários	8	-	-	197.736	159.658	-	-	-	-	
Mútuo com partes relacionadas	10.1	6.370	6.370	8.704	8.705	-	-	-	-	
Depósitos judiciais	21.3	-	-	6.714	4.914	73	20	744	692	
Outros créditos	9	-	4.639	2.786	5.642	-	-	-	-	
		9.907	13.851	219.478	181.761					
Participação em empresas controladas	11	154.328	63.200	-	-	524	361	10.967	11.523	
Participação em outros ativos		-	-	37	37	-	-	264	7.963	
Imobilizado	12	3.527	3.913	84.303	90.076	-	-	(43.724)	-	
Intangível	13	6.991	54	18.947	14.352	-	-	-	-	
		164.846	67.167	103.287	104.465					
		208.679	137.580	631.915	597.368					
Total do ativo										
Passivo e patrimônio líquido										
Circulante										
Fornecedores	14	1.825	240	81.246	64.949	(695)	(635)	8.456	1.400	
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	51.164	94.965	-	-	(14.209)	(15.323)	
Arrendamentos mercantis	16	324	314	2.156	2.051	-	-	-	-	
Adiantamento de clientes	17	-	-	2.153	3.003	(15)	93	364	5.554	
Obrigações sociais e trabalhistas	19	1.944	1.949	3.543	3.579	513	(40)	26.666	(10.634)	
Parcelamentos de impostos	20	789	712	10.210	10.167	(2.582)	1.044	700	2.111	
Imposto de Renda e Contribuição Social	19	-	-	2.562	1.210	11.990	4.692	(12.634)	34.499	
Outros impostos e contribuições	20	34	5	15.087	11.855	-	-	(850)	1.012	
Mútuo com partes relacionadas	10.1	2.742	2.270	-	-	(5)	(390)	(36)	(696)	
Dividendos mínimos obrigatórios	22.3	15.264	-	15.264	-	-	-	1.352	1.210	
Demais contas a pagar	18	2.084	24	80.778	40.476	29	3	3.232	(4.219)	
		25.006	5.514	264.163	232.255					
Não circulante										
Fornecedores	14	27.006	16.601	87.573	125.474	-	-	-	-	
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	37.193	42.503	-	-	-	-	
Arrendamentos Mercantis	16	353	717	5.712	6.939	-	-	-	-	
Parcelamentos de impostos	20	989	1.603	45.003	46.622	-	-	-	-	
Provisão para contingências	21	-	2	50.083	47.031	56	(1.245)	(10.053)	(6.272)	
Mútuo com partes relacionadas	10.1	200	200	2.728	5.929	-	5.211	1	-	
Provisão para perdas com investimentos	11	16.194	23.018	-	-	-	-	-	-	
Outras obrigações		-	-	529	690	-	-	-	-	
		44.742	42.141	228.821	275.188					
Patrimônio líquido										
Capital Social		74.832	74.832	74.832	74.832	-	-	-	-	
Reserva legal		4.621	1.407	4.621	1.407	-	-	-	-	
Reserva de lucros a realizar		59.478	13.686	59.478	13.686	(427)	710	(1.866)	618	
		138.931	89.925	138.931	89.925					
		208.679	137.580	631.915	597.368					
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.						As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.				
Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022						Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)						(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022					
Receita líquida	23	-	-	4.078.892	4.467.669					
(-) Custo dos produtos vendidos	24.1	-	-	(3.896.832)	(4.295.799)					
(=) Lucro bruto				182.060	171.870					
(Despesas)/receitas operacionais		(2.871)	(183)	(89.220)	(124.399)					
Despesas gerais e administrativas	24.2	(27.672)	(25.021)	(140.547)	(146.588)					
Outras receitas operacionais, líquidas	24.6	24.801	24.838	51.327	22.189					
(=) (Prejuízo)/lucro antes do resultado financeiro		(2.871)	(183)	92.840	47.471					
Receitas financeiras	24.4	727	92	13.197	4.995					
Despesas financeiras	24.3	(314)	(360)	(34.916)	(44.909)					
Varição cambial, líquida	24.5	1	7	9.027	8.642					
(=) (Prejuízo)/lucro antes das provisões tributárias e equivalência patrimonial		(2.457)	(444)	80.148	16.199					
Resultado da equivalência patrimonial	11	66.727	14.850	-	-					
(=) Lucro antes das provisões tributárias		64.270	14.406	80.148	16.199					
(-) Imposto de Renda	25	-	-	(11.592)	(1.301)					
(-) Contribuição Social	25	-	-	(4.286)	(492)					
(=) Lucro líquido do exercício		64.270	14.406	64.270	14.406					
Número de ações integralizadas (Em milhares)		2	2	2	2					
Lucro líquido por ação - (Em R\$)		25.936	5.814	25.936	5.814					
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.						As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.				
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS										
Aos Acionistas e Administradores da TT Work Participações S.A. Recife - PE Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas						dividuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segu-				
Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da TT Work Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TT Work Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas						rança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Recife, 23 de fevereiro de 2024. BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC PE 001269/F-8 Carlos Sebastião Fernandes Vieira Daur Contador CRC 1 CE 021962/O-9 - S - PE				
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase Transações com partes relacionadas Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10, chamamos atenção para o fato da Companhia e suas controladas manterem operações relevantes com partes relacionadas. Essas operações foram efetuadas de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração das Empresas e essas partes relacionadas, consequentemente, os resultados dessas operações poderiam ser diferentes, caso tivessem sido efetuadas como partes não relacionadas. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalvas em relação a esse assunto. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis in-						dividuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segu-				
A integralidade das demonstrações financeiras com suas notas explicativas está disponível na empresa para consulta.										
Responsável técnico pela elaboração das demonstrações financeiras - Geová Ferreira de Souza CRC/PE: Nº 00.8539/O-9										



TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A									
Balancos patrimoniais				Demonstrações do resultado				Reversões e atualizações das	
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				provisões para contingências (2.381) (9.228)	
				(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				Atualização de débitos tributários (s/ Efeito de caixa) 5.435 5.195	
Ativo				Nota explicativa				Lucro líquido ajustado	
Circulante				2023 2022				Aumento/diminuição líquido	
Caixa e equivalentes de c	4	4.169	2.228	Receita líquida	19	4.078.892	4.467.669	das contas de ativo e passivo	
Contas a receber	5	63.866	70.070	(-) Custo dos produtos vendidos	20.1	(3.896.832)	(4.295.799)	Contas a receber (1.253) (2.629)	
Estoques	6	119.990	105.781	(=) Lucro bruto		182.060	171.870	Estoques (14.209) (15.323)	
Adiantamentos	7	1.961	2.341	Receitas (despesas) operacionais		(85.889)	(127.783)	Adiantamentos 380 5.448	
Créditos tributários	8	94.666	115.173	Despesas gerais e administrativas	20.2	(136.433)	(144.994)	Créditos tributários 26.162 (10.598)	
Mútuo com partes relacio	9	2.742	2.270	Outras receitas operacionais, líquidas	20.6	50.544	17.211	Outros créditos (274) 124	
Outros créditos		1.414	1.140	(=) Lucro antes dos efeitos financeiros		96.171	44.087	Fornecedores (14.458) 32.798	
		288.808	299.003	Receitas financeiras	20.4	11.794	4.859	Adiantamento de clientes (850) 1.012	
Não circulante				Despesas financeiras	20.3	(33.441)	(44.521)	Obrigações sociais e trabalhistas (31) (306)	
Realizável a longo prazo				Variação cambial líquida	20.5	1.247	1.294	Imposto de renda e contribuição social 2.192 365	
Contas a receber	5	27.006	16.601	(=) Lucro antes das provisões tributárias		75.771	5.719	Obrigações tributárias 3.203 (4.222)	
Créditos tributários	8	193.756	155.687	(-) Imposto de Renda	21	(11.586)	(686)	Parcelamento de débitos tributários (2.064) (2.013)	
Mútuo com partes relacio	9	9.148	9.076	(-) Contribuição Social	21	(4.282)	(262)	Demais a pagar 37.502 33.053	
Depósitos judiciais	17.1.2	6.714	4.914	(=) Lucro líquido do exercício		59.903	4.771	Outros ativos líquidos (3.583) 934	
Outros ativos		2.786	1.003	Número de ações				32.716 38.643	
Investimentos		37	37	integralizadas (Em milhares)		59.225	28.000		
Imobilizado	10	80.776	86.163	Lucro por ação (Em R\$)		1.01	0.17		
Intangível	11	11.956	14.298	As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.					
		92.769	100.498						
		100.498	100.498						
Total do ativo		620.987	586.782						
Passivo e patrimônio líquido				Demonstrações dos fluxos de caixa				(=) Caixa líquido originado das atividades operacionais	
Circulante				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Fornecedores	12	74.333	137.248	(Em milhares de Reais)				Operações com partes relacionadas (544) 111	
Empréstimos e financiamentos	13	51.164	94.965		2023	2022	Aquisição de imobilizado (2.813) (4.469)		
Arrendamentos mercantis	14	1.832	1.737	Fluxo de caixa das atividades operacionais	59.903	4.771	Aquisição de intangível (166) (558)		
Adiantamento de clientes	15	2.153	3.003	Lucro líquido do exercício			(=) Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades de investimentos		
Obrigações sociais e trabalhistas		1.599	1.630	Variação cambial não realizada sobre empréstimos	(173)	173	Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Imposto de renda e contribuição social		2.557	3.65	Variação cambial sobre produto importado	(1.490)	(1.467)	Captação de empréstimos e financiamentos 114.534 185.260		
Parcelamentos de tributos	17	9.197	9.455	Juros provisionados e não pagos	671	672	Pagamentos de arrendamentos (1.439) (92)		
Obrigações tributárias	17	15.053	11.850	Constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa		1.027	Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal e juros) (163.472) (227.782)		
Mútuo com partes relacionadas	9	11.386	42.611	Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.975)	(2.292)	Operações com partes relacionadas (3.200) (11.038)		
Demais contas a pagar	16	78.438	40.452	Depreciação e amortização	10.444	11.162	(=) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
		247.712	343.316	Baixa de imobilizado e intangível	264	7.963	(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
Não circulante				Reconhecimento de créditos tributários	(43.724)	-	1.941 1.237		
Fornecedores	12	73.471	26.504	Resultados líquidos de instrumentos financeiros ajustados a valor justo	323	-	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		
Empréstimos e financiamentos	13	37.193	42.503				Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		
Arrendamentos mercantis	14	5.359	6.222				4.169 2.228		
Parcelamentos de tributos	17	43.213	45.019				(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
Provisões para contingências	17.1.2	50.083	47.029				1.941 1.237		
Mútuo com partes relacionadas	9	9.099	12.299				As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.		
Outras obrigações		690	990						
Patrimônio líquido	18	218.947	180.266						
Capital social		59.225	28.000						
Reserva de lucros		95.103	35.200						
		154.328	63.200						
Total do passivo e patrimônio líquido		620.987	586.782						
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.									
Demonstrações dos resultados abrangentes									
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)									
Lucro líquido do exercício 2023 2022									
Outros resultados abrangentes 59.903 4.771									
Total do resultado abrangente do exercício 59.903 4.771									
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.									
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)									
Reserva de lucros									
Reserva de lucros									
Capital social Reserva legal Reserva de incentivos fiscais Reserva de lucros a realizar (prejuízos) acumulados Total									
Saldos em 31 de dezembro de 2021	28.000	5.600	-	24.829	-	58.429			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.771	4.771			
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	4.771	(4.771)	-			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	28.000	5.600	-	29.600	-	63.200			
Aumento de capital	31.225	-	-	-	-	31.225			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	59.903	59.903			
Constituição de reserva legal	-	2.995	-	-	(2.995)	-			
Constituição de reserva para Contingência	-	-	1.469	-	(1.469)	-			
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	55.439	(55.439)	-			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	59.225	8.595	1.469	85.039	-	154.328			
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.									
A integralidade das demonstrações financeiras com suas notas explicativas está disponível na empresa para consulta.									
Responsável técnico pela elaboração das demonstrações financeiras - Geovã Ferreira de Souza CRC/PE: Nº 00.8539/O-9									



Publicidade 25 04 2024 pdf

Código do documento 2d44402d-a52c-461d-9488-ddbef9952712



Assinaturas



DIARIO DE PERNAMBUCO SA:10803492000107
Certificado Digital
contato@diariodepernambuco.com.br
Assinou

Eventos do documento

24 Apr 2024, 22:01:41

Documento 2d44402d-a52c-461d-9488-ddbef9952712 **criado** por CARLOS FREDERICO DE ALBUQUERQUE VITAL (37a5508e-3444-4cd3-85ad-2d1fa3cc47a4). Email:contato@diariodepernambuco.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-24T22:01:41-03:00

24 Apr 2024, 22:02:04

Assinaturas **iniciadas** por CARLOS FREDERICO DE ALBUQUERQUE VITAL (37a5508e-3444-4cd3-85ad-2d1fa3cc47a4). Email: contato@diariodepernambuco.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-24T22:02:04-03:00

24 Apr 2024, 22:02:27

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - DIARIO DE PERNAMBUCO SA:10803492000107
Assinou Email: contato@diariodepernambuco.com.br. IP: 170.84.85.75 (static-75.85.84.170.servlinktelecom.com porta: 52218). Dados do Certificado: CN=DIARIO DE PERNAMBUCO SA:10803492000107, OU=videoconferencia, OU=22677427000161, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, L=RECIFE, ST=PE, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE_ATOM: 2024-04-24T22:02:27-03:00

Hash do documento original

(SHA256):8f2c39291b10a430685fae525824cc7f532a2f6d9341688d5a1a104332878167
(SHA512):44a45668204a55302532b0ac8363dfd2343ff5e6420912f9b8ed724bcb0b015d7e9170d5e7fb194c4b8c75f4df38e8acbc9f0c2bdd3a365113c93a2e2153875

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign